



# Anais da Assembléia

N. 007

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 09 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1.988  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furriatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Gerônimo Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Felinto e Paulino José Delazeri (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Rafael Greca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SRA. 1ª SECRETÁRIA - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N. 39/88

Curitiba, 02 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando ainda integrar a tabela desses vencimentos, com referência expressa a todos os seus níveis, no texto da Lei n. 8.671, de 21 de dezembro de 1987.

Justifica-se a presente proposição pelo tratamento integrado que será dispensado aos ocupantes do Quadro referido, inserindo-os todos no contexto da última Lei de aumento do funcionalismo em geral e assim evitando-se-lhes um tratamento isolado que não corresponderia ao mérito desses funcionários dotados de elevado grau de responsabilidade técnica e conhecimentos especializados, formados em cursos de nível superior, cujos níveis de aperfeiçoamento e eficiência são exigências de um modelo fiscalizador altamente heterogêneo.

A matéria de que trata a medida ora proposta, já fora examinada pela Secretaria de Estado da Administração que, através da Assessoria Técnica de seu Departamento de Recursos Humanos, em 07 de janeiro do corrente ano, emitiu informação favorável respondendo a memorando encaminhado pela Chefia da Casa Civil àquele órgão da Administração Estadual, em 28 de dezembro de 1987, oportunidade na qual, diante da reivindicação formulada pela Presidência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, já era da intenção do Poder Executivo propor a solução que ora é objeto desta Mensagem. Face ao recesso constitucional dessa Augusta Casa de Leis, deixei para fazer o seu encaminhamento por ocasião da reabertura dos trabalhos desta sessão legislativa, razão pela qual só o faço agora.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Tabela XIV, do Anexo I, à Lei n. 8.671, de 21 de dezembro de 1987, passa a vigorar com os valores estabelecidos na Tabela anexa à presente Lei.

Art. 2º - Os efeitos financeiros desta Lei são devidos a partir de 1º de janeiro de 1988, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa

## ANEXO I DA LEI N. 8671/87

## TABELA XIV

PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS  
CONSULTOR TÉCNICO ..... 46.026,13

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REF.	VALOR
TC-I	A	I	28.495,07
	B	I	26.785,37
	C	I	25.075,66
MD-II	A	I	23.365,96
	B	I	21.656,25
BB-III	A	I	21.656,25
	B	I	19.946,51
PC-IV	A	I	21.656,25
	B	I	19.946,51
OC-V	A	I	19.946,51
	B	I	18.236,81
	C	I	16.527,10
TQ-VI	A	I	19.946,51
	B	I	18.236,81
OP-VII	A	I	18.236,81
	B	I	16.527,10
AC-VIII	A	I	14.817,40
	B	I	13.107,70
AD-IX	A	I	12.537,80
	B	I	11.398,00
TL-X	A	I	8.853,46

Ofício:

Of. n. 202/88

Curitiba, 03 de março de 1988.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins de exame e deliberação dessa Augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei, que trata do Quadro de Pessoal Efetivo deste Tribunal.

A proposição segue, quanto às bases e critérios gerais, as mesmas diretrizes adotadas por ocasião do envio de Anteprojeto de Lei que resultou na Lei n. 8082/85, promulgada em 28 de maio de 1985.

Essa Lei, contudo, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que definiu a prerrogativa dos Tribunais de Conta de propor aos respectivos Poderes Legislativos Estaduais, diretamente, a criação, a forma de provimento e os

vencimentos dos cargos de seus auxiliares.

Espera o Tribunal de Contas do Paraná que essa Egrégia Assembléia Legislativa acolha e transforme em Lei o presente Anteprojeto, a fim de que esta Corte possa continuar o amplo trabalho de fiscalização do Poder Público.

Acresce destacar, por oportuno, que o anexo Anteprojeto não altera nenhum dispositivo da Lei n. 8082, que agora se pretende vigorar.

Com os agradecimentos antecipados pela especial atenção do eminente Presidente, manifesto, nesta oportunidade, as expressões de alto e distinguido apreço.

(a) ANTONIO FERREIRA RUPPEL  
Presidente

## JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de atender às necessidades de atualização e aperfeiçoamento da sua estrutura orgânica e funcional, conforme justificativa apresentada à época, este Tribunal encaminhou, no ano de 1985, solicitação ao Senhor Governador do Estado no sentido da proposição de uma nova lei dispondo sobre o quadro de pessoal efetivo e adotando outras providências. Esse procedimento se fez tendo em vista que a referida lei, em que pese a sua natureza orgânica, resultava em despesas, e havendo dispositivo constitucional estabelecendo prerrogativas privilegiada para o Chefe do Executivo neste particular, bem como tendo em vista que todas as demais leis anteriores, quer deste Tribunal de Contas e mesmo do Egrégio Tribunal de Justiça, haviam seguido o mesmo tratamento de origem.

A Douta Assembléia Legislativa votou e o Senhor Governador sancionou a Lei n. 8082/85, que, publicada no Diário Oficial, entrou em vigência e foi aplicada pelo Tribunal de Contas.

Ocorreu, entretanto que, precisamente em razão desse procedimento foi apresentada ao Egrégio Supremo Tribunal Federal uma representação sustentando a inconstitucionalidade da lei, em razão de vício formal no seu encaminhamento. Essa representação acaba de ser acolhida pelo Pretório Excelso com o que a referida lei é tida por inconstitucional.

Senhor Presidente,

A vigência da Lei n. 8082/85 proporcionou a este Tribunal a estrutura organizacional de que hoje dispõe e sobre a qual hoje exerce as suas funções e a ausência das suas diretrizes afeta-o frontalmente a ponto de impedir o eficaz desenvolvimento dos seus atos.

Em razão do exposto, Senhor Presidente, e considerando que o único aspecto elivado de vício segundo Acórdão do Supremo Tribunal Federal foi quanto à origem da

lei, imperioso se tornou a aprovação de uma nova lei, exatamente nos mesmos termos, já então com a tramitação preconizada pela nossa mais alta Corte, a fim de que este Tribunal possa manter estrutura existente e, assim, evitar solução de continuidade às suas atividades.

Com efeito, Senhor Presidente, se poder da Emenda da Representação 1304-9, do Egrégio Supremo Tribunal Federal (cópia anexa) "Vício formal de iniciativa que ofende o disposto nos artigos 13, IV, 72, § 1º e 115, II da Constituição Federal".

E, na verdade, acentua o Ministro Relator em seu voto vencedor: "Mas, sem sombra de dúvidas, os julgamentos proferidos pelos senhores Ministros Aliomar Belchior e Thompson Flores, abonam a tese que afirma a prerrogativa dos Tribunais de Contas dos Estados de proporem aos respectivos Poderes Legislativos Estaduais, diretamente, a criação, a forma de provimento e os vencimentos dos cargos de seus serviços auxiliares".

Em obediência, portanto, à preclara decisão do Supremo Tribunal Federal estamos com o presente, cumprindo o preceituado nos artigos 13, IV, 72, § 1º e 115, II da Constituição Federal, encaminhando diretamente a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o Anteprojeto de Lei que mantém a atual estrutura desta Corte, como é imperioso, e certos de encontrarmos nessa Augusta Casa, a atenção de sempre.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL  
Presidente

#### ANTEPROJETO DE LEI

**Súmula:** Dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná passa a ser o constante do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, com as respectivas correlações de enquadramento.

Art. 3º - Os cargos constantes do Anexo II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, classe, referência e percentuais de vencimento.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão, previsto no Anexo II, da Lei n. 7077, de 03 de janeiro de 1979, atualmente pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à simbologia DAS-3.

Art. 5º - Ficam incluídas na estrutura

administrativa do Tribunal de Contas a Diretoria de Contabilidade e Finanças, a Diretoria de Processamento de Dados e as Coordenadorias de Comunicação e Relações Públicas, Engenharia e Arquitetura, Ementário e Jurisprudência e Apoio Administrativo.

Parágrafo Único - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas 02 (dois) cargos em comissão de Diretor, símbolo DAS-3 e 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-4.

Art. 6º - Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas serão fixados para cada classe, com base no vencimento do cargo de Técnico de Controle TC-I - Classe A - Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único - O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I - Classe A - Referência I, é fixado em Cr\$ 28.495,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco cruzados).

Art. 7º - O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: de mais 2% (dois por cento) na Referência II, de mais 4% (quatro por cento) na Referência III e de mais 6% (seis por cento) na Referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo inicial da classe a que pertence, Referência I.

Art. 8º - A elevação do funcionário efetivo à referência ou à classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o seu ingresso na inicial, será regulamentado por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Art. 9º - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas 22 (vinte e dois) cargos de Consultor Técnico, com vencimentos fixados no percentual de 106% (cento e seis por cento) do valor fixado no parágrafo único do artigo 6º.

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas por ato do seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art. 10 - O artigo 15 da Lei n. 7077/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - A Assessoria Técnico-Jurídica fica transformada em Diretoria e a este compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade e Administração e será dirigida por

um Diretor, símbolo DAS-3".

§ 1º - Para os efeitos do "caput" deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Diretor da Diretoria de Assuntos Técnico-Jurídicos, símbolo DAS-3.

§ 2º - Ficam mantidas as demais disposições da Lei n. 7077/79, de 03 de janeiro de 1979 e 7665/82, de 28 de outubro de 1982, que conflitam com o disposto nesta Lei.

§ 3º - A atual Diretoria de Pessoal e Contabilidade passa denominar-se Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 11 - Fica incluído na Tabela II, do Anexo V, da Lei n. 7665/82, o cargo de Consultor Técnico, pelo mesmo valor concedido ao cargo de Técnico de Controle.

Art. 12 - Ficam extintos os cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço, código TC-AD-302, níveis 17 e 18, previstos no Anexo III, da Lei n. 7665/82.

Art. 13 - Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas 14 (quatorze) funções gratificadas, símbolo 1-F, correspondentes a Chefe de Divisão, que serão instituídos por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços.

Art. 14 - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvidos o Douto Plenário, REQUER, à Mesa a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 366/87 de sua autoria, por 1 (uma) sessão.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora SOFIA GARCIA, ocorrido no dia 06 de março do corrente mês, no Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

##### JUSTIFICATIVA:

Seu passamento veio consternar a todos, pois Dona Sofia Garcia era muito estimada, tendo em vista tratar-se de pessoa de muitas amizades e sogra do Senhor Antenor Corravezi, Vice-Prefeito Municipal.

REQUER, outrossim, que da decisão desta casa, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Dorival Stever Sanches, tendo como endereço a Prefeitura Municipal de Iguaraçu.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ricardo Rissardo, ocorrido no dia 25 de fevereiro próximo passado, no Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

##### JUSTIFICATIVA:

Seu passamento veio consternar a todos, pois o Senhor Ricardo Rissardo, era muito estimado por todos e também era pai do Senhor José Rissardo, vereador no Município de Iguaraçu.

O extinto deixa saudades e entristecidos todos quantos o conheciam.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seus filhos José Rissardo, na Câmara Municipal de Iguaraçu.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de pesar pelo falecimento da Senhora Benedita Rocha, ocorrido no dia 03 de março do corrente mês, no Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, 09.03.88.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

##### JUSTIFICATIVA:

Seu passamento veio consternar a todos, pois abriu enorme lacuna no seio da família, bem como da sociedade local, inclusive difícil de ser preenchida, onde gozava do mais alto conceito junto à comunidade, sempre ligada às causas humanitárias, tendo exercido o cargo de Professora neste Município.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de sua filha Carmem da Rocha Bento, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Iguaraçu.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor João Vetrta, falecido na cidade de Prudentópolis-Pr.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) VERA AGIBERT.

##### JUSTIFICATIVA:

Senhor João Vereta, participante ativo na comunidade ucraniana, teve sua vida dedicada à agricultura e a sua família, fazendo dela uma vida cheia de trabalho e dedicação. Nossa condolência a todos os seus familiares.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Olavo Penteado.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) VERA AGIBERT.

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Olavo Penteado, foi Vereador e líder na comunidade Prudentopolitana. Cada vez que desaparece uma pessoa que muito contribui com o desenvolvimento de uma comunidade, constitui-se lamentavelmente perda para o município e para o Estado.

Como representante de Prudentópolis, resta-me compartilhar com a dor dos familiares pela inconformável perda.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Congratulações ao Governo do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, ao Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Senhor Irineu Roberto Brzezinski e ao Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias, pelo trabalho realizado em prol das desapropriações de áreas no Estado do Paraná, para efeitos de reforma agrária.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

## JUSTIFICATIVA:

Recentemente, devido ao trabalho executado pelo Estado do Paraná, o Governo Federal desapropriou mais de dezoito mil hectares de terra para efeitos de reassentamento. Tal atitude, sem dúvida alguma, é de relevante aspecto social e se não vem a solucionar totalmente o problema dos "sem-terra", com certeza ameniza a angústia dessa gente sofrida.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Senhor Carlos Antônio de Almeida, pelo lucro líquido que o BRDE apresentou no ano de 1987.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

## JUSTIFICATIVA:

O BRDE que apresentou um lucro líquido de 3 bilhões e 76 milhões de cruzados. A meta do BRDE, agora, é financiar armazéns para 900 mil toneladas de grãos, no valor de 3,8 milhões de OTN's cerca de 3 bilhões de cruzados, dotando o Paraná de uma estrutura de silos compatíveis com a produção do Estado.

Um dos responsáveis por tal performance é o Diretor-Representante do BRDE no Paraná, Senhor Carlos Antônio de Almeida.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando de Souza Couto, pela sua nomeação como Diretor de Investimentos da EMBRATUR.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

## JUSTIFICATIVA:

Mais um paranaense foi convocado para prestar sua colaboração junto ao Ministério da Indústria e Comércio, atendendo indicação do Governo Álvaro Dias. O Senhor Armando de Souza Couto tem como meta na EMBRATUR, lutar pelo desenvolvimento turístico de nosso Estado, considerado tão rico em possibilidades turísticas e fértil nos seus quadros humanos e tão realizador nas suas empresas ligadas a este setor.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da EMBRATUR, Senhor João Dória Júnior, pelo Programa "Turismo Ecológico".

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

## JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Paraná pela EMBRATUR no programa "Turismo Ecológico", que será lançado a nível nacional. Este projeto tem o principal objetivo de valorizar as grandes atrações naturais existentes no Brasil, disciplinando ao mesmo tempo a convivência do homem com o meio ambiente. E o Paraná terá muito a ganhar com este Projeto, pois tem como suas principais atrações turísticas um forte pelo ecológico tais como o parque nacional do Iguaçu, além da Ilha do Mel, Vila Velha e a Serra do Mar, entre outros.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente; REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilus-

tríssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, DD. Presidente da Telepar, solicitando seja mantido o programa de vendas e instalações de telefones na localidade de Saltinho, Município de Realeza, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um Distrito de elevado porte, com considerável número de habitantes, razão pela qual temos certeza de que haverá rápida expansão da rede telefônica, contribuindo de forma decisiva para a melhoria dos meios de comunicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Senhor Ademar Brito dos Santos, voto de congratulações pela passagem do 13º aniversário do Jornal "O REGIONAL", do Município de Assis Chateaubriand, comemorado na data de hoje, bem como o reconhecimento pelos serviços de informações prestados por esse órgão às comunidades do Médio Oeste e Vale do Piquiri.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, a seguinte solicitação:

CONSTRUÇÃO DO TREVO DE ACESSO AO DISTRITO DE IRACEMA, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo fato de que as vias de acesso ao Distrito, não oferecem condições de segurança, provocando ao longo do tempo, inúmeros acidentes, alguns, inclusive, com vítimas fatais, causando na população, manifestações de apreensão. Mormente nos últimos meses em que se verificou o crescimento acelerado da população e dos meios de produção do Distrito.

Sendo essa a única via onde trafegam

os veículos que transportam a produção agrícola, e por onde também passam demais veículos leves que se deslocam diariamente à sede do Município e outras cidades da região, é que interfere no sentido de que o trevo de acesso ao Distrito seja construído o mais breve possível, para tranquilizar a população e facilitar o escoamento de veículos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Renato Ortoloni, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, solicitando estudos no sentido de instalar na Delegacia de Polícia de Doutor Camargo, os equipamentos de rádio comunicações que seguem: uma estação fixa de rádio VHF, no plantão da DP; um rádio transceptor VHF, na viatura policial, de prefixo 6978, placas BN-4128.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de ofício ao Governador do Estado, à embaixada e Consulado local da República Federal da Alemanha e à Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Alemanha, em favor da manutenção diplomática em Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

São extremamente relevantes os serviços que o Consulado alemão instalado em Curitiba há 35 anos, vem prestando ao Paraná e Santa Catarina, onde vivem aproximadamente 1,4 milhões de alemães e descendentes de terceira geração.

Sua extinção, prevista pelo Ministério das Relações Exteriores alemão, sob a alegação de contenção de gastos deveria, antes de tudo, levar em consideração o caráter assistencial desenvolvido pelo consulado local, junto a maior aglomeração germânica do País.

Não me parece justo que entre aproximadamente 50 mil cidadãos com passaporte original alemão, vivendo nesses dois Estados, fiquem sujeitos ao Consulado de São Paulo. Fico a imaginar doravante, as dificuldades de centenas de idosos que para cá emigraram antes e durante a Segunda Grande Guerra. Em virtude de sua simplicidade e basicamente características rurais, certamente não serão poucas as dificuldades em se deslocar até a capital paulista para

receberem suas pensões e subsídios das famílias e do governo alemão.

No campo da Cooperação Acadêmica entre Universidades paranaenses e catarinenses, com instituições alemãs e dos convênios de transferência de tecnologia não serão poucos os prejuízos para os dois Estados, ainda que economicamente não possam ser mensurados a curto prazo.

Finalmente, no campo das relações comerciais, a Alemanha, que hoje se configura, talvez no maior parceiro comercial do Paraná no exterior, poderá com o tempo vir a deixar de sê-lo. Certamente, a ausência de uma representação diplomática que intermedie os interesses locais e alemães, será um fator determinante para o desestímulo de futuros investimentos germânicos no Paraná ou Santa Catarina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao INPS, requerendo que o cadastramento dos aposentados, nos municípios do interior, seja feito através de uma comissão volante com o apoio da Prefeitura.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida de cadastramento de aposentados é totalmente meritória e merecedora de nossos aplausos, no entanto a forma como está sendo realizada tem criado transtornos intransponíveis, pois muitos aposentados, inválidos, doentes e idosos não têm como se deslocar por duzentos quilômetros ou mais, até a sede regional para pura e simplesmente preencher o formulário necessário. Na forma de uma comissão volante na própria cidade, facilitaria tanto aos idosos, doentes e inválidos, como ao próprio cadastramento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências para a instalação da Companhia de Polícia Rodoviária no Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Pato Branco, conta hoje, com o 3º Batalhão da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná; entretanto, o expressivo desenvolvimento em todos os níveis apresentado pelo Município nos últi-

mos anos, ressen-te-se da ausência de uma Companhia de Polícia Rodoviária, pois o 3º Batalhão é vinculado à 3ª Companhia da Polícia Rodoviária de Cascavel.

Pelo exposto, encarecemos a anuência dos demais Parlamentares deste Poder.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido plenário, seja encaminhado expediente junto às autoridades abaixo nominadas, solicitando maior atenção na solicitação de um reajuste nas custas dos serventuários da Justiça do Estado.

1. Excelentíssimo Governador Álvaro Dias;

2. Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Mário Lopes dos Santos.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

A situação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, não difere da situação salarial vivida hoje no Brasil, mas a situação desta classe vive um clima de intranquilidade e desesperança, desde setembro quando solicitado um reajuste nas custas, mas com a demora para dar solução ao problema está gerando desemprego e desespero na classe.

Somente os Tabelionatos e Cartórios de Protestos de Títulos estão ganhando em condição de cobrir os gastos, e isso reflete a própria situação econômica financeira do País. No caso de Cartórios de Imóveis e Notas, a evidência é grave, com todos operando no vermelho e tendo que dispensar funcionários.

O pior é que a mão-de-obra se especializa no trabalho e, com o crescente número de demissões que testemunhamos no Paraná, pode ocorrer uma verdadeira crise do mercado, o que gerará sobremaneira má qualidade no atendimento, na prestação de serviço e prejuízo à população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Habitação, Odeni Villaca Mongrual, solicitando a instalação de escritório da COHAPAR no Município de Pato Branco, ratificando os termos de igual pedido formulado através de requerimento datado de 20 de maio do exercício próximo passado.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

**JUSTIFICATIVA:**

O crescente número de mutuários da COHAPAR do Município de Pato Branco, por si só, justifica tal pleito. Entretanto, há que se ressaltar ainda, que o município, conhecido como "Capital do sudoeste", congrega os núcleos regionais de vários órgãos de administração direta e indireta do Estado.

A instalação de um escritório da COHAPAR viria ao encontro dos interesses dos mutuários e concorreria sobremaneira para agilização e atendimento aos mesmos, podendo, inclusive, estender seu atendimento aos mutuários de municípios vizinhos.

Pelo exposto, continuamos a entender que o Município de Pato Branco, está perfeitamente credenciado para receber tal benefício, e solicitamos seja encaminhado cópia anexa do Requerimento anterior.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Nova Aliança do Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, solicitando maior apoio à Delegacia Regional do Trabalho, com fins de diminuir o número de acidentes de trabalho.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O Paraná em 1987, ocupou a quinta posição em acidentes de trabalho no Brasil,

tendo ocorrido 62 mortes em 75.353 acidentes registrados. A Delegacia Regional do Trabalho tem apenas 32 técnicos para fiscalizar as empresas em todo o Estado. Em 1987, teve 1,14 milhão de acidentes no Brasil e melhores dados, ou mais atualizados são difíceis de serem coletados, pois a própria legislação não obriga o registro de acidentes, conforme a explanação da Diretoria da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da DRT.

A Delegacia Regional do Trabalho, pretende, no corrente ano, conscientizar mais os trabalhadores da importância do uso adequado de equipamentos de segurança. Mas para tanto, necessita de melhores olhos por parte do Governo, para poder atender as necessidades de todo o Estado.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Itambé.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Judas Tadeu Grassi Mendes, Mui Digno Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de uma cancha de esportes na Escola Estadual Teotônio Vilela, Ensino de 1º Grau, em Campina do Simão, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola Estadual Teotônio Vilela, Ensino de 1º Grau, em Campina do Simão, Município de Guarapuava, necessita urgentemente de uma cancha esportiva, para que

seus alunos possam executar a prática de educação física, haja vista que a existente foi ocupada para a construção de 4 salas de aula.

Ocorre que, para desempenharem tal prática, os alunos precisam deslocar-se 300 metros até a quadra mais próxima, sujeitos a acidentes como já aconteceu, trazendo sérios problemas para a direção daquele estabelecimento, e também não possui iluminação, dificultando sobremaneira a educação física para os alunos que estudam à noite.

Cremos que a solicitação se encontra plenamente justificada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Cruzeiro do Sul.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando providências no sentido de melhorias dos serviços da TELEPAR em atenção aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

A TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, que foi considerada em 1987, pelo segundo ano consecutivo como a subsidiária da TELEBRÁS, que melhor atende a seus clientes, conforme foi admitido pelo seu Presidente Senhor Fernando Xavier Ferreira, que os seus serviços calaram de qualidade e segundo ele, a empresa vem sofrendo os reflexos de um problema de congestionamento das linhas que tem atingido todo o País.

Com este desequilíbrio entre a demanda e o crescimento da empresa fica inviável manter a qualidade do Sistema Telefônico.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha

Azul, do Município de Paranacity.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias, Governador do Estado e Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando que intercedam junto às redes particular e estadual de ensino, para que nas listas de material a ser adquirido pelos alunos, no início de cada ano letivo, conste apenas o estritamente necessário, considerando-lhes o alto custo, e a exorbitância da quantidade de material pedido para cada aluno, acarretando despesas que sem dúvida contribuem para o desequilíbrio do orçamento familiar.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

Não nos cabe aqui, tecer considerações sobre a política econômica do atual Governo.

Sabemos entretanto que o aumento do custo de vida vem penalizando a maior parcela da população.

O material escolar que vem sendo requisitado para os alunos, tanto da rede particular quanto da rede estadual, de um modo geral, não tem primado pelo bom senso nem pela funcionalidade.

Permitimo-nos o trabalho de analisar minuciosamente listas de material, oriundas dos mais diversos estabelecimentos de ensino, e a grande maioria nos pareceu permeada de supérfluos e exageros.

É necessário que os responsáveis pela elaboração dessas listas, procedam a uma avaliação mais criteriosa na sua quantidade e qualidade/preço, antes de emitilas, e é para tanto que reivindicamos a intervenção das autoridades competentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas requerendo recursos para subsidiar os custos do restaurante universitário, da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

1. Governador do Estado, Álvaro Dias;
2. Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Ascêncio Garcia Lopes.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Vide Ofícios n° 001/88, do DEC/UEM/ e n° 031/88-PAD, da UEM, em anexo.

**DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
Ofício n° 001/88-DCE (externo)

Maringá, 03 de fevereiro de 1988.

Senhor Deputado:

Considerando as dificuldades encontradas pelos estudantes da Universidade Estadual de Maringá, no sentido de se manterem em Maringá, onde o custo de vida é muito alto;

Considerando que como meio de solucionar este problema, a UEM, tem um restaurante universitário - RU, e seu preço deve ser acessível a todos os estudantes;

Considerando o aumento em torno de 400% nos preços da RU no ano passado, e ainda as perspectivas de aumentar esse ano em índices muito maiores, dado ao processo inflacionário em curso;

Considerando que no ano de 1987, foram servidas mais de 300.000 (trezentas mil) refeições e no próximo ano (1° semestre de 1988), esse número poderá aumentar, em função da implantação de novos cursos (medicina e odontologia).

Considerando que o preço da RU está em Cz\$ 25,00 (vinte e cinco) cruzados por refeição/estudante, a este preço será reajustado já no primeiro semestre letivo de 1988;

Considerando ainda, o empenho e o zelo do Excelentíssimo Deputado nas suas intervenções em prol das Universidades Estaduais do Paraná (luta pela gratuidade e autonomia);

Solicitando de Vossa Excelência, o empenho no sentido de se conseguir um subsídio na ordem de Cz\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados), como forma de amenizar o alto custo nas refeições, que se denota já no início do ano de 1988.

Certos de sua costumeira cooperação e na certeza do apoio de Vossa Excelência, aproveitamo-nos da presente para expressar os nossos mais sinceros votos de estima, consideração e apreço.

Atenciosamente.

IBRAHIM SABA NETO

Presidente

Gestão "Pintando Coisa Nova"

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
Ofício n° 031/88-PAD

Maringá, 03 de março de 1988.

Excelentíssimo Senhor Deputado:

Considerando contato telefônico mantido com Vossa Excelência, bem como Ofício do Diretório Central dos Estudantes;

Considerando as projeções feitas, dos

custos para o Restaurante Universitário para 1988, em anexo;

Considerando que a inflação média, projetada para o semestre de 1988 é de 65,1%;

Considerando que a inflação média para o exercício de 1988 é de 178%, conforme projeção da "Suma Econômica";

Considerando que pela inflação média do 1° semestre (65,1%), temos que cobrar, por refeição, para os acadêmicos, Cz\$ 77,00 (setenta e sete cruzados);

Considerando que pela inflação média para o 2° semestre (agosto a dezembro - 54%), a refeição, para o acadêmico, deverá ser cobrada Cz\$ 130,00 (cento e trinta cruzados);

Considerando que o preço da refeição dos acadêmicos, cobrado no final do último semestre, foi de Cz\$ 25,00 (vinte e cinco cruzados);

Considerando que para o 1° semestre de 1988 teremos um incremento de 208%;

Considerando que para o 2° semestre de 1988, em relação ao 2° semestre de 1987, teremos incremento projetado de 420%;

Considerando que o Governo do Estado do Paraná subsidia a Casa de Estudantes;

Considerando que em Maringá, por não existir Casa de Estudantes, os acadêmicos que mais se utilizam do Restaurante Universitário estão alojados em repúblicas, com alto custo de manutenção de aluguel, energia, etc., sem benefício algum por fontes governamentais;

Vimos solicitar da possibilidade de Vossa Excelência intervir, para que recursos de alguma fonte sejam destinados ao Restaurante Universitário da Universidade Estadual de Maringá.

Sem mais para o momento, apresentamos nossas atenciosas saudações e subscrevemo-nos.

OLÍRIO SPERANDIO

Pró-Reitor de Administração

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo de viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, no Município de Florai.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja incluído nos Anais desta Assembléia Legis-

lativa, o documento extraído durante a realização da "1. SEMANA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA DE MARINGÁ", realizado de 22 a 26 de fevereiro de 1988 naquela Cidade.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído nos Anais desta Assembléia Legislativa a matéria jornalística transcrita no Jornal "Gazeta do Povo", edição do dia 1º de março de 1988, sob o título "Que o Legislativo Legisle e o Executivo Governe", de autoria do Dr. Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 003/88

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Os vencimentos dos Deputados Estaduais paranaenses, incluindo os subsídios, auxílios e a verba de representação, pagos em janeiro de 1988, permanecerão inalterados até que o reajuste médio do funcionalismo público da administração direta estadual desde fevereiro de 1987, se equipare ao reajuste médio dos vencimentos dos parlamentares no período de fevereiro de 1987 a janeiro de 1988.

Parágrafo Único - Os valores excedentes aos vencimentos de janeiro de 1988, pagos em fevereiro, serão descontados nos vencimentos posteriores.

Art. 2º - A partir de equiparação preceituada no artigo anterior, os vencimentos dos Deputados Estaduais serão majorados de acordo com o índice médio dos aumentos ou reajustes concedidos ao funcionalismo da administração direta estadual.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É injusto que os Deputados tenham reajustes em seus vencimentos muito superiores à inflação, enquanto o Governo Federal e Estadual prometeu negar ou atrasar o pagamento de reajustes legais já defasados ao funcionalismo público.

As despesas dos Parlamentares para satisfazerem suas necessidades básicas sobem na mesma proporção tanto para Parlamentares, quanto para funcionários públicos, assim como para os assalariados em geral.

As eventuais despesas "a mais", características do exercício do mandato parla-

mentar, já estão compensados pelo valor dos vencimentos percebidos.

Ademais não é razoável justificar tais aumentos com o argumento de que o Deputado possui um gasto elevado com o atendimento de reivindicações de seus eleitores. Isto porque, o uso do dinheiro público para satisfazer promessas de campanha ou, para ampliar ou manter bases eleitorais é imoral. Além do que o atendimento das carências sociais é competência do Poder Executivo e não do Legislativo.

O reajuste médio concedido aos Parlamentares no período de fevereiro de 1987 a janeiro de 1988 foi de aproximadamente 472% (respeitando possíveis diferenças entre Parlamentares pelo não comparecimento efetivo às sessões). E, de fevereiro de 1987 a fevereiro de 1988, foi de aproximadamente 650%. Em ambos os casos foi superior à inflação oficial, calculada em 364/72%. Tais reajustes são muito superiores aos reajustes médios concedidos ao funcionalismo e aos assalariados em geral.

Por último, pretende o governo estadual, vincular o pagamento da URP para o funcionalismo, ao desempenho da arrecadação tributária. Ora, não é possível aceitar tamanho privilégio, enquanto se exige dos servidores um sacrifício insuportável.

A medida ora proposta pretende resgatar a justiça entre os que percebem salários ou vencimentos pagos com o dinheiro cuja origem é a mesma o bolso do contribuinte.

Além disso procura restabelecer o respeito para com aqueles que, às custas de muito suor e sacrifício, e, em alguns casos às custas da própria fome, pagam os impostos impiedosamente cobrados pelo poder público.

Pelo exposto espero o apoio dos nobres Parlamentares na aprovação desta medida.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 035/88

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Piraquara, a partir da próxima Legislatura passa a contar com 13 Vereadores.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto é perfeitamente justificável, uma vez que o Município de Piraquara, conta atualmente com 39 mil 290 eleitores, segundo o que consta do último recadastramento eleitoral. Estando em consonância

com o estabelecido pelos Artigos 107, da Constituição Estadual e 35 da Lei Complementar n° 27 (Lei Orgânica dos Municípios).

O plano de Lei em epígrafe deve encontrar amparo nesta Assembleia Legislativa, razão pela qual solicito o devido apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Assembleia Legislativa do Paraná recebe nesta oportunidade, com muita honra, a visita do Senhor Antônio Ferreira Rüppel, ex-Deputado, ex-Presidente desta Casa, atual Presidente do Tribunal de Contas. Faz-se acompanhar, neste local, pelo Presidente da Casa, Deputado Antônio Martins Annibelli mais os Deputados Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado e Nestor Baptista, Líder do Governo. Seja bem-vindo, Excelência.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior. Ausente.

Estando ausente, concedemos a palavra ao Deputado Pedro Tonelli. Ausente.

Estando ausente, no Horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PT.

Ausente.

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PDS.

Ausente.

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PFL.

Ausente.

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PTB.

Ausente.

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PDT.

Ausente.

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PL.

Ausente.

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PMDB.

Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

A matéria proposta pelo Deputado Pedro Tonelli, encaminhe-se para apreciação da

Comissão Executiva.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 366/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que ratifica os marcos implantados pelo ITCP nas nascentes do rio Saci e Itambé, bem como a linha reta que liga os dois marcos na divisa entre Apucarana e Arapongas, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.R.A., por unanimidade. Em votação.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de requerer oralmente que está sendo preparado um requerimento para que seja adiado por uma sessão este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 366/87, por 1 (uma) sessão. Aprovado. Fica portanto, retirado por 1 (uma) sessão, o Projeto de Lei n° 366/87.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sofia Garcia, ocorrido no dia 06 de março do corrente ano, no Município de Iguaraçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ricardo Rissardo, ocorrido no dia 25 de fevereiro do corrente ano, no Município de Iguaraçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Benedita Rocha, ocorrido no dia 03 de março do corrente ano, no Município de Iguaraçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Vereta, ocorrido no Município de Prudentópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Olavo Penteado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, encarecendo que intercedam junto às redes particular e estadual de ensino, para que elaborem as listas de material a serem adquiridas pelos alunos com bom senso e parcimônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, encarecendo recursos para subsidiar os custos do restaurante universitário da Fundação Universidade Estadual de Maringá. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao presidente da EMBRATUR, Senhor João Dória Júnior, pelo programa "Turismo Ecológico". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Paranacity no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo melhorias dos serviços da TELEPAR em atenção aos seus clientes. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Cruzeiro do Sul no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de uma cancha de

esportes na Escola Estadual Teotônio Vilela, ensino de 1º grau, em Campina do Simão, Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, à Embaixada e Consulado local da República Federal da Alemanha e à Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Alemanha, intercedendo em favor da manutenção diplomática nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do documento extraído durante a realização da 1ª Semana de Micro e Pequena Empresa de Maringá, realizada de 22 a 26 de fevereiro de 1988 naquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Florai no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Carlos Antonio de Almeida, pelo lucro líquido que o BRDE apresentou no ano de 1987. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior constante do expediente, ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Itambé no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Armando de Souza Couto, pela sua nomeação como Diretor de Investimentos da EMBRATUR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Ivatuba no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e ao Ministro do Trabalho, encarecendo maior apoio à Delegacia Regional do Trabalho com o fim de diminuir o número de acidentes de trabalho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Paraíso do Norte no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa da matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo", edição do dia 1º de março de 1988, sob o título "Que o Legislativo Legisle e o Executivo Governe", de autoria do Dr. Roberto Marinho Presidente das Organizações Globo. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Nova Aliança do Ivaí no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a manutenção de vendas e instalação de telefones na localidade de Saltinho Município de Realeza. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Governador do Estado, Secretário Especial de Assuntos Fundiários e Secretário de Estado da Agricultura, pelo trabalho realizado em prol das desapropriações de áreas no Estado do Paraná, para efeitos de reforma agrária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Superintendente do INPS, encarecendo o cadastramento dos aposentados nos Municípios do interior, através de uma comissão volante com o apoio da prefeitura.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Habitação encarecendo a instalação de escritório da COHAPAR no Município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo providências para a instalação da Companhia de Polícia Rodoviária no Município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Geral da Polícia Civil, encarecendo a instalação na Delegacia do Município de Doutor Camargo, dos equipamentos de rádio comunicação: Uma estação fixa de rádio VHF, no plantão da DP. E um rádio transceptor VHF, na viatura policial, de prefixo 6978. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção do trevo de acesso ao Distrito de Iracema no Município de Formosa do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "O Regional" do Município de Assis Chateaubriand, pela passagem de seu 13º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça encarecendo maior atenção na solicitação de um reajuste nas custas dos serventuários da Justiça do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Carlos Antônio de Almeida, Diretor do Banco do Paraná, pelo lucro líquido que o BRDE apresentou no ano de 1987.

A Mesa devolve este requerimento ao autor devido à ocorrência de uma dúvida; Sua Excelência Requer voto de congratulações ao Senhor Carlos Antônio de Almeida, Diretor do Banco do Paraná, pelo lucro líquido que o BRDE apresentou, no ano de 1987, então, para os esclarecimentos do

autor, devolvemos o Requerimento ao mesmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, às 10 horas; e uma Sessão Extraordinária, para logo após com a Ordem do Dia anunciada anteriormente.

#### COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MARÇO DE 1988.**

#### **ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MARINGÁ E REGIÃO**

##### **1ª SEMANA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DE MARINGÁ**

Os participantes da "1ª Semana da Micro e Pequena Empresa de Maringá", promovida pela Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá e Região - MICROMAR, de 22 a 26 de fevereiro de 1988, nesta Cidade de Maringá, como principais recomendações extraídas dos debates e intercâmbios mantidos, formulam as seguintes:

1. No âmbito nacional, é necessária a união e a coesão de todas as associações e federações de micro e pequenas empresas, para que, juntamente com a Confederação Nacional das Empresas de Pequeno Porte e sob sua inspiração, se propugne por:

a)- Uma imediata revolução econômico-institucional, que possibilite ao Governo da Nação transferir aos Estados da Federação, e estes setorialmente aos Municípios, os direitos e deveres atinentes ao segmento microempresarial, que hoje são monopolizados e inabilmente geridos pelo Governo Federal.

b) Correção "pró-rata temporis" das dívidas contraídas pelas microempresas durante o "Plano Cruzado", e não 70,69 por cento que é a variação da OTN de fevereiro de 1986 a março de 1987, e a prorrogação por 12 meses da carência das dívidas refinanciadas pelas Resoluções BACEN 1335 e 1337.

c) Redução da alíquota do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados - para gêneros alimentícios de necessidade básica, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população e à ativação do mercado interno, através do aumento de consumo e consequente aumento de produtividade.

d) A criação de mecanismos que facilitem o intercâmbio comercial com microempresas do exterior, descentralizando e desburocratizando os órgãos auxiliares à

exportação e importação, permitindo serviços assessoria mais próxima e originando a agilização da comercialização.

e) Abatimento integral, na guia de contribuição previdenciária, das despesas efetuadas pela microempresa com o "vale-transporte", uma vez que a mesma é isenta do Imposto de Renda, e face a isso está sendo penalizada em comparação com a grande empresa.

f) Incremento e sistematização de compras, por parte do Governo Federal, de produtos de micro e pequena empresa.

2 - No âmbito estadual, através de alterações nas Leis 8084/85 e 8552/87, recomenda-se propugnar por:

a) Enquadramento como microempresa de todas as empresas com faturamento bruto anual de até 10 mil OTN's, porém considerando-se o valor dessas obrigações mês a mês, e não a OTN de janeiro, a exemplo do Decreto Presidencial 95.184 de 10.11.87 e da Lei Complementar 57 de 18.12.87.

b) Consideração da empresa como microempresa a partir da data do protocolo do requerimento junto à Delegacia Regional da Receita.

c) Que a microempresa seja desenquadrada somente se ultrapassar o limite de faturamento em 2 exercícios consecutivos ou em 3 alternados, a exemplo da legislação federal.

d) Redução da margem estimativa de lucro, para efeito de cálculos da receita bruta, de 30% para 20% para o comércio, e de 30% para 10% para a indústria.

e) Instituição do crédito presumido de ICM nas compras efetuadas à microempresa.

f) Extensão da isenção do ICM da microempresa às operações interestaduais.

g) Distribuição de material normativo e explicativo (cartilhas) aos delegados da Receita Estadual, aos contadores e aos microempresários, sobre a legislação que rege o enquadramento e a fiscalização da microempresa.

h) Apoio do governo Estadual às reivindicações das microempresas junto ao Governo Federal, quanto à adoção de OTN "pró-rata temporis" na correção das dívidas contraídas durante o "Plano Cruzado" com BADEP/BRDE/BNDES, e quanto à prorrogação, pelo prazo de 12 meses, da carência das dívidas refinanciadas pela micro e pequena empresa através das Resoluções 1335 e 1337/87 do Banco Central, durante o qual as dívidas continuarão a ser corrigidas com 45% da variação da LBC e juros de 0,5% ao mês, além de continuar a amortização de 3% do valor original da dívida, mensalmente.

3- No âmbito municipal - considerando-se que um dos obstáculos que a microempresa maringaense encontra para seu desenvolvimento pleno é a frieza e a falta de

apoio com que o segmento é tratado pelo Poder Municipal, recomenda-se propugnar por:

a) Uma maior aproximação com o Poder Municipal, na tentativa de sensibilizá-lo para que compreenda a importância sócio-econômica da microempresa para o Município, para que preste seu apoio até os limites do possível e para que, sempre que necessário, apóie junto aos governos estadual e federal as reivindicações do segmento.

b) Alteração da Lei 1893/85 em seu Art. 1º, isentando de ISSQN as empresas cuja receita bruta anual seja inferior a 5 mil OTN's, apurada segundo o valor unitário dessas obrigações mês a mês. Cabe ressaltar, para efeitos comparativos, que hoje, em Maringá, essa isenção é para até 280 OTN's, quantia irrisória que não beneficia a nenhuma microempresa, tanto que nenhuma delas é cadastrada, enquanto em municípios como Curitiba, Cambé, Ponta Grossa, Ibiporã e dezenas de outros, a isenção é para até 5 mil OTN's.

c) Isenção de taxa de licença de funcionamento (alvará) para a microempresa que se enquadrar.

d) Criação de condomínios industriais horizontais, com legislação específica para a microempresa enquadrada a nível federal, que permita o aproveitamento máximo e racional do terreno, e que possibilite construção a baixo custo, a exemplo de projeto aprovado em São José dos Pinhais, Pr.

e) Estímulo e coparticipação em eventos promocionais, como feiras e exposições, locais, nacionais e internacionais, que tenham como objetivo a comercialização de produtos de micro e pequenas empresas maringaenses.

f) Criação, em coparticipação com a MICROMAR, inclusive financeiramente, de um programa de valorização do produto da microempresa de Maringá, a nível nacional, cuja divulgação tenha por objetivo também a promoção da própria cidade, em seus aspectos turísticos, comerciais, humanos, etc.

g) Criação e implantação de um programa de valorização do trabalho maringaense, em coparticipação com a MICROMAR, inclusive financeiramente, possibilitando cursos, treinamentos e estágios.

4- No âmbito dos empresários e Associações de classe, recomenda-se propugnar por:

a) Criação de grupos de trabalho no Município, compostos por empresários, representantes de associações (associação de microempresas, associação industrial e comercial, CDL, Universidade, etc), com objetivo de: 1 - Periodicamente levantar informações e problemas enfrentados pelas empresas; 2) Estudar possíveis soluções e

encontrar meios de viabilizá-las junto às autoridades competentes.

b) Que qualquer microempresário que se esteja voltando para um novo ramo de atividades, ou pessoas que queiram implantar microempresas, não o façam sem consultar entidades como, no caso, em Maringá, o CEAG/PR ou a MICROMAR, visando obter informações gerenciais e mercadológicas.

c) Criação de uma mentalidade corporativista, buscando-se o aperfeiçoamento e fortalecimento das entidades de classe, possibilitando maiores condições de atuação e reivindicação, através da implantação de centrais de compra e de vendas para os mercados interno e externo.

d) Criação de empresas de caráter comunitário, com a união de pequenos capitais e com a utilização de matéria-prima e mão-de-obra locais e absorção de tecnologia.

e) A busca constante, através de pesquisas, de novas oportunidades de negócios, criação de novos produtos e abertura de novos mercados.

Maringá, PR, 26 de fevereiro de 1988.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MARÇO DE 1988

"Que o Legislativo legisle e o Executivo governe"

Roberto Marinho

As propostas que o Presidente José Sarney formulou, na entrevista que ontem publicamos, não coincidem com os princípios e as metas de ordem política e econômica que "O Globo" vem preconizando no sentido de assegurar a transição democrática.

Não concordamos com a tese de que o projeto de redemocratização de Tancredo Neves tenha passado, após a morte do grande líder, ao comando de "uma minoria radical".

A condução foi transmitida exatamente ao Presidente que, desde a sua posse no Congresso, assumiu a plena responsabilidade de governar o País, no período para que foi eleito em 15 de janeiro de 85.

Se o Presidente resolveu dividir suas atribuições com as cúpulas de algumas agremiações partidárias, exerceu uma prerrogativa política que não lhe pode ser negada mas da qual também não se poderá queixar.

Essa opção foi evidentemente feliz. Ingressamos numa experiência canhestra de "presidencialismo parlamentar", que redundou, entre outros equívocos, no desvirtuamento demagógico do Plano Cruzado, na tentativa de repúdio às leis do mercado e na aventura da moratória unilateral, cujos

dramáticos efeitos estão constituindo uma fonte de sofrimentos para todos os setores da sociedade brasileira.

Neste momento, quando o Presidente da República se decide a retomar a plenitude de suas prerrogativas e convoca para o seu Ministério técnicos sem conotação política, com a incumbência de corrigir os desmandos do arremedo de parlamentarismo dos últimos dois anos, torna-se inconcebível que se preconize a adoção constitucional de tal regime.

Por outro lado, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte procura acelerar os seus trabalhos, "na marra" - à custa de terríveis riscos para o futuro da Nação, como consequência de dispositivos que estabelecem uma série de privilégios de minorias e opções pelo ócio - a fim de possibilitar a alguns parlamentares a participação numa eventual disputa eleitoral ainda este ano, parece-nos que o dever do Presidente para com seus compatriotas é o de se dedicar integral e exclusivamente ao cumprimento do seu mandato.

A Nação não pode ficar à mercê de uma disputa de poderes entre o Executivo e o Legislativo, numa das horas mais graves da sua História.

Não vamos abrir caminho para o retrocesso com uma ruptura na ordem jurídico-política vigente.

É o mínimo que o povo brasileiro pode esperar dos seus governantes."

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 478/87

I- exonerar, a pedido, CARLOS AUGUSTO FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração e Pagamentos, da Diretoria Financeira, a partir de 1° de agosto de 1987.

II- prover, IHOR BARANHUK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração e Pagamentos, da Diretoria Financeira, a partir de 1° de agosto de 1987.

III- designar, CARLOS AUGUSTO FERNANDES, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 483/87

I- exonerar, a pedido, VANESSA DE LARA CHICHON, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 3ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

II- exonerar, a pedido, YARA ROSANE DA SILVA MATOS, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar com lotação no Gabinete da Deputada Vera Agibert, a partir de 1° de agosto de 1987.

III- exonerar, a pedido DAOR AFONSO MARTINS DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Deputada Vera Agibert, a partir de 1° de agosto de 1987.

IV- exonerar, a pedido, APARECIDA CÂNDIDA DE JESUS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Deputada Vera Agibert, a partir de 1° de agosto de 1987.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 484/87

I- exonerar, a pedido, PEDRO BONTORIN, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

II- exonerar, a pedido GISELI AGIBERT, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1° de agosto de 1987.

III- exonerar, a pedido, VINICIUS DE LARA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 485/87

I- prover, MARIA JOSÉ DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

II- prover, LUIZ FERNANDO SCHABATURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1° de agosto de 1987.

III- prover, IARA ROSANE DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

IV- prover, APARECIDA CÂNDIDO DE JESUS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

V - prover, VANESSA DE LARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 486/87

I- prover, AFONSO VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 3ª Secretária, a partir de 1° de agosto de 1987.

II- prover, JOSÉ SILVESTRE FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Deputada Vera Agibert, a partir de 1° de agosto de 1987.

III- prover, MÁRIO DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabi-

nete da Deputada Vera Agibert, a partir de 1º de agosto de 1987.

IV- prover, CARLOS MOTIM SANTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Deputada Vera Agibert, a partir de 1º de agosto de 1987.

DECRETO LEGISLATIVO N° 487/87  
designar CARMEN CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE, para exercer as funções de Assessora do Gabinete da 1. Secretária, a partir de 1º de agosto de 1987.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 01.08.1987.

DECRETO LEGISLATIVO N° 490/87  
I- exonerar, a pedido, LISPETA PEREIRA RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenação de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 03 de agosto de 1987.

II- exonerar, a pedido, HERCULANO CORDEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenação de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 04 de agosto de 1987.

III- exonerar, a pedido, ILDA CARTÁRIO RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenação de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 03 de agosto de 1987.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 04 de agosto de 1987.

DECRETO LEGISLATIVO N° 499/87  
CONSIDERANDO, o infausto passamento do ex-funcionário e ex-Deputado Estadual ADALBERTO DAROS, ocorrido em 16 de agosto de 1987, na cidade de São Mateus do Sul, neste Estado;

CONSIDERANDO, que o ilustre extinto exerceu o mandato de Deputado Estadual conduzindo-se nesta Casa, de forma a honrar e enaltecer o Poder Legislativo, pelas excepcionais qualidades de homem público, sempre voltado à defesa do nosso Estado;

CONSIDERANDO, os relevantes serviços prestados pelo saudoso ex-Deputado ao Estado do Paraná e aos paranaenses em geral, no exercício das mais distintas e altas funções públicas;

CONSIDERANDO finalmente, a lacuna que sua irreparável perda abriu no seio do Poder Legislativo,

RESOLVE:

Art. Único- A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, guardará luto oficial por três dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do ilustre ex-funcionário e ex-Deputado ADALBERTO DAROS.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 17 de agosto de 1987.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N° 501/87  
nomear, em face de habilitação em Concurso, HELENA MARIA DA SILVEIRA VALENTE SANTOS, para exercer o cargo de Taquígrafo, Classe B, Referência I, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

(Prot.n° 2676/87).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em  
25 de agosto de 1987.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N° 06/88  
Os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, perceberão, a partir de 1º de janeiro de 1988, como Subsídios Fixos e Variáveis, Sessões Extraordinárias e Ajuda de Custo, os seguintes valores:

SUBSÍDIOS FIXOS .....Cz\$ 29.039,90

SUBSÍDIOS VARIÁVEIS .....Cz\$ 96.480,00

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS .Cz\$ 9.648,00

AJUDA DE CUSTO (anual)...Cz\$ 64.085,92

DECRETO LEGISLATIVO N° 21/88

I - exonerar, a pedido, ANNA KISSNER ROSA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de janeiro de 1988.

II - exonerar, a pedido, DOLORES DIAS LOPES MIGUEL, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de janeiro 1988.

III - prover, JOSÉ KUROSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de janeiro de 1988.

IV - prover, JOSÉ LUIZ LOLLÍ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de janeiro de 1988.

Palácio "XIX de Dezembro", 13.01.88

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N° 22/88  
promover, por antiguidade, IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n° 122, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", para o cargo de Consultor Legislativo Classe "A" do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N° 23/88  
exonerar, a pedido, a partir de 1° de fevereiro de 1988, Hermínio Back, matrícula n° 097, ocupante do cargo de Jornalista, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n° 296/88)

DECRETO LEGISLATIVO N. 24/88  
I - exonerar, a pedido, ROSILEINE FORTES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1° de fevereiro de 1988.

II - prover, GENY SALLES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentária, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1° de fevereiro de 1988.

(Protoc. 225/83).

Palácio "XIX de Dezembro", 01.02.88.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2° Secretário

DECRETO LEGISLATIVO 27/88

I - promover, por antiguidade, IHOR BARANHUK, matrícula n. 453, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II - promover, por merecimento, JOSÉ ARY NASSIFF, matrícula n. 272, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "XIX de Dezembro", 15.02.88.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2° Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 28/88

promover, por merecimento, IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n. 122, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", para o cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "XIX de Dezembro", 18.02.88.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2° Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 29/88

I - promover, p antiguidade, Classe QUE GANDARA FILHO, matrícula n. 032, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, lasse "B", para o cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II - promover, por merecimento, MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n. 597, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", para o cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.02.88.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2° Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 30/88

aposentar, nos termos dos artigos 138, inciso II; 140, incisos I e III; 170 e parágrafo único e 171 e parágrafos da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n. 093, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação correspondente à simbologia DAS-3, incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3°, da Lei n. 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4°, do parágrafo 1°, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios e três (03) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art. 1°, da Lei n. 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n. 8096, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. n. 604/88).

Palácio "XIX de Dezembro", em 25.02.88.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2° Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 31/88

I - exonerar, a pedido, a partir de 1° de março de 1988, MARIA LUIZA LOMONACO

COPPLA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

II - prover, EDISON COPPLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1988.

(Protoc. n. 639/88).

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.02.88.

ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

#### PORTARIA N° 17/88

conceder a DENISE LORENA MACHUCA PEREIRA, funcionária contratada deste Poder, licença maternidade de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 22 de fevereiro a 23 de maio de 1988.

(Protoc. n° 738/88)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.02.88.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

#### PORTARIA N° 18/88

mandar mudar em seus assentamentos funcionais o nome de SONIA GORETI DE OLIVEIRA, matrícula n° 058, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, conforme certidão de casamento n° 1.012, de 26 de setembro de 1986, em anexo.

(Protoc. n° 13.171/88)

#### PORTARIA N° 19/88

1º) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ELDO GEVEZIER, matrícula n° 056, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar; e,

2º) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não

se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio, compreendido entre 13 de janeiro de 1981 e 13 de janeiro de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n° 244/88)

#### PORTARIA N° 20/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula n° 206, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 345/88)

#### PORTARIA N° 21/88

1º) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n° 175, ocupante do cargo de Secretária de Comissão, Classe "C", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar; e,

2º) mandar incorporar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da referida Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio compreendido entre 07 de outubro de 1983 e 07 de agosto de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n° 346/88)

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.02.88.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

#### PORTARIA N° 22/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AIRTON CESAR SANTIN, matrícula n° 182, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) anos, oito (08) meses e onze (11) dias, compreendido entre 01 de março

de 1984 e 12 de novembro de 1987, em que prestou serviços ao Estado do Paraná, na qualidade de funcionário contratado deste Poder Legislativo, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 76, da Constituição Estadual, e no art. 129, item I, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 252/88)

PORTARIA N° 23/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta As-

sembléia, o período de férias, conforme especifica:

SIOMARA LOPES GOMIDE, mat. n° 446 - 2 meses - 1987

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO, mat. n° 184 - 02 meses - 1987

MARIA APARECIDA DO R. G. DO AMARAL, mat. n° 293 - 02 meses - 1987

CARLOS AUGUSTO FERNANDES, mat. n° 116 - 02 meses - 1987

JOSÉ AFONSO COELHO, mat. n° 391 - 02 meses - 1987

BELKIZ FERNANDES, mat. n° 385 - 02 meses - 1987.

(Protoc. n° 299, 347, 374, 380, 385 e 602/88).

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.03.88.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral